Edição 27 - setembro 2010 I www.apubh.org.br

jornal da apubh

Publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

apubh
Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

IMPRESSO ESPECIAL
9912263184/10/DR/MG
A.P.U.B.H
CORREIOS

Devolução Garantida
CORREIOS

CHAPA NOVA AÇÃO ASSUME A DIRETORIA DA APUBH PARA O BIÊNIO 2010/2012

págs. 10 e 11







Lucas Daian

Aposentadoria integral para aposentados por invalidez

pág. 06

Governo paralisa negociação sobre a carreira

págs. 20 a 23

\o/ expediente

Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH
Gestão 2008-2010
Rua Artur Itabirano, 70 – São José/ Pampulha – Cep.: 31275 020 – Tel.: (31)- 3441 7211 Fax: 3441-1303
www.apubh.org.br – apubh@apubh.org.br

Diretoria Executiva:

- Presidente: José de Siqueira
- 1º vice-presidente: Armando G. M. Neves
- 2º vice-presidente: Carlos Barreira Martinez
- Secretário-Geral: Giovane Azevedo
- Vice-Secretária-Geral: Otávia F. de S. Rodrigues
- Diretor de Finanças: João Maurício Lima de F. Mota
- Vice-Diretor de Finanças: Débora Torres Mendes de Oliveira
- 1º Suplente: Ronaldo Alves Pinto Nagem
- 2º Suplente: Marco Túllio Correa de Faria

Diretorias Setoriais:

- Ciência e Tecnologia: Henrique Pimenta Barroso Magalhães
- Hospital Universitário: Mauro Ivan Salgado
- Política de Ensino Básico e Profissional: Alex Fabiani de Brito Torres
- Diretoria de Política Educacional: Walter Ernesto Ude Marques
- Política Sindical: Paulo César da Costa Pinheiro
- Política Cultural: Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
- Seguridade Social: Jadson Cláudio Belchior

Jornal da APUBH

- Comissão Editorial: José de Siqueira
- Editor e jornalista responsável: Simone Ribeiro de Melo Jornalista - MTB 11455/MG
- Editoração eletrônica e ilustrações: Lucas Daian
- Tiragem: 3 mil exemplares

« memória









Acervo Apubh

As grandes questões políticas, socio-econômicas e acadêmicas sempre foram foco da atenção da APUBH. Grande parte da mobilização pública foi e ainda é feita através dos totens e outdoors do sindicato. Neles aparecem estampadas frases de convocação à luta (paralisações, greves, manifestações), à reflexão (convite para debates, palavras de ordem, exposição de fatos) e também palavras de incentivo (mensagens de felicitação, saudações, etc).

O MÊS: vários
O ANO: diversos
O FATO: Mensagens dos totens e outdoors do sindicato

editorial

Já há três meses tomamos posse, novamente, à frente da diretoria da Apubh. Tivemos 700 votos, o que nos dá confiança no trabalho desenvolvido em prol de nossos filiados. Fomos prestigiados, na posse, pela presença do nosso Reitor, Prof. Campolina e sua chefe de gabinete, Profª Ana Lúcia Starling. Aplaudimos a disposição ao diálogo do Prof. Campolina, expressa em seu discurso na cerimônia de posse da atual diretoria, e reafirmamos o interesse da Apubh em agir em conjunto com a Reitoria no interesse dos professores da UFMG.

Uma questão que nos preocupou e ainda preocupa neste início de gestão é a carreira docente. O governo federal não enviou ao Congresso Nacional, como havia dito que faria no dia 2 de julho de 2010, o projeto de lei (PL) com a proposta de carreira para o magistério superior. A proposta contém sérios problemas, como a criação de uma nova classe, entre outros, e não foi negociada com o Movimento Docente. Temos que exigir que o MPOG abra negociações, para que possamos ter uma proposta de carreira digna deste nome.

Por outro lado, uma boa notícia é a publicação do nosso pedido de registro sindical no dia 31 de março de 2010, quase dois anos e meio depois de ter dado entrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No entanto, apesar de termos o direito constitucional de nos organizarmos sindicalmente como bem entendermos, o MTE não nos concede o registro sindical, colocando entraves tanto de ordem burocrática, quanto políticos. Esperamos ter nosso registro sindical antes que complete três anos de tramitação, no final deste ano.

Infelizmente, à frente do sindicato, recebemos colegas que se queixam de assédio moral. Essa situação é estressante, desgastante e insuportável para quem a sofre e nos deixa perplexos por isso acontecer na UFMG. Mas acontece e temos que agir. Em breve, a Apubh criará uma comissão formada por advogado, psicólogo e assistente social que analisará, periodicamente, as queixas de assédio moral dos filiados, para que providenciemos mediações e soluções, inclusive jurídicas, para tais conflitos.

Esperamos encontrá-los no baile no dia 15 de outubro de 2010, com a novidade da escolha dos gêneros musicais pelos filiados nesta edição do baile.

Boa leitura!

Opinião: Um IPTU anti-(eco)lógico? - Humberto Coelho de Carvalho	Páginas 04 e 05
Jurídico:	Páginas 06 a 09
Capa: Chapa Nova ação assume a Diretoria da APUBH	Páginas 10 e 11
Setorial:	Página 12 a 17
Camping UFMG:	Páginas 19 a 23
Notícias:	Páginas 25 e 26
Espaço do Associado: Brasil - 7 de setembro - Mariza R. Q. Barros	Página 27
Agenda: 12° Baile dos Professores da UFMG	Página 28

>> Página 3

+ opinião

Um IPTU anti-(eco)lógico?

Humberto Coelho de Carvalho
Professor aposentado da UFMG

A não-usual grafia do título insinua diversidade de significados: fragmentada? múltipla? mineira? como na vida? como nós? A cobrança do IPTU- 2010/BH reforça suspeita de que, algo urgente precisa ser feito para melhorar a qualidade de vida na selva de pedra belorizontina.

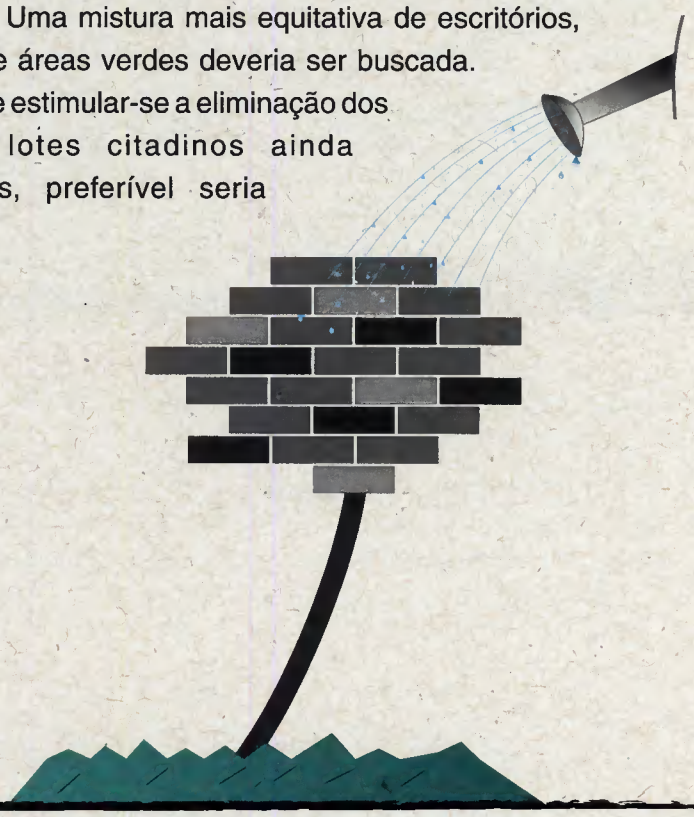
Os poucos remanescentes vegetais ainda existentes, a drenagem das águas pluviais, a qualidade e a circulação do ar, o nível da temperatura, a fluidez das vias de transporte e a convivência social, entre outros, poderão ser negativa e substancialmente afetados, a curto e médio prazo, se implementadas as atuais políticas implícitas neste imposto. As evidências de ser a vegetação a responsável maior pela retirada da atmosfera de gases responsáveis pelo aquecimento global, pela captura e liberação da água, pela regulação do ciclo dos nutrientes e pelo suporte de numerosas formas de vida, destoam do proposto – estimular edificações de imóveis residenciais e de serviços, taxando preferencialmente os chamados lotes vagos.

A gerência dos recursos ainda restantes, pressupõe uma nova ética baseada em melhor conhecimento de nós mesmos e do mundo que nos cerca. Evoluímos durante milhões de anos, coexistindo com muitas outras espécies, num mesmo milagre comum. Agora, com nossa superpopulação e desenvolvimento desordenados estamos destruindo os hábitats naturais e reduzindo a diversidade biológica. A ênfase aqui será em questões relativas aos chamados lotes vagos. Para depois, ficarão outros aspectos dessa novela global.

As premissas balizadoras do IPTU-2010 deveriam ser revistas em função do bem estar do belorizontino. Compatibilizá-las com as políticas de melhoria do clima e da saúde, defendidas por outras instâncias da sociedade, inclusive promovendo a redução deste imposto sobre lotes arborizados e com drenagem satisfatória de águas pluviais, seria recomendável. Áreas com esse perfil contribuem para a redução de gases formadores do efeito estufa e como defesa contra inundações. Um bairro em expansão, tal como um ecossistema frágil, merece cuidados especiais.

O (e)leitor poderá cobrar a postura do candidato a cargos públicos, no tocante à equivocada legislação do IPTU. Não esclarecer a quem as mudanças bruscas, de ano para ano, realmente beneficiam e o porquê de sua furtiva elocubração e pronta implantação surpreendeu negativamente muitos contribuintes, a ponto de pôr-se sob suspeita alguns de nossos bem intencionados dirigentes. O caso de dois lotes contíguos - um ocupado por uma moradia (Lote A) e outro vago (Lote B) - pertencentes à mesma Zona Fiscal, ao mesmo Quarteirão, da mesma Rua, do mesmo ex-longínquo Bairro Ouro Preto, e com a mesma área, é exemplar.

Cobrado em 2009: Lote A=1869,00; Lote B=237,00;
Cobrado em 2010: Lote A=2297,00; Lote B=3001,00.
Percentual de aumento 2010/2009: em A= 23%! em B=1165%!!!
Determinados tipos de concentração imobiliária costumam gerar, a curto e médio prazo, mais problemas do que soluções. Uma mistura mais equitativa de escritórios, serviços e áreas verdes deveria ser buscada.
Em vez de estimular-se a eliminação dos poucos lotes citadinos ainda existentes, preferível seria



considerá-los prestadores de serviços ambientais (captação de CO2, produção de O2, regulação de temperatura e águas pluviais, suporte de formas outras de vida) – merecedores de tratamento mais condizente por parte da Prefeitura.

A adoção do implícito na atual legislação do IPTU/BH amplificará a tendência de elevação de temperatura e de alagamento de córregos e rios, retificados e impermeabilizados por cobertura de asfalto e concreto em seus leitos e margens. Grandes prédios de apartamentos (com porteiro e elevador e ar refrigerado para os dias de calor) têm em média consumo maior de energia e água, exigindo vultosos investimentos públicos. - Um subproduto dessa opção é a crescente desorganização do trânsito e a eclosão de outros males sociais. (O abuso de aparelhos de ar condicionado, em parte, gerado pela desarborização, pode desencadear sérios problemas respiratórios).

Os custos do empillhamento de pessoas em altos edifícios, onde o espaço entre um prédio e outro, entre a frente de cada um deles e o meio-fio da calçada ou a largura da rua são desconsiderados, costumam não justificar os benefícios realmente alcançados. As diretrizes do IPTU deveriam contemplar melhor os ingredientes urbanísticos e ambientais da questão, harmonizando-os mais satisfatoriamente com as políticas públicas, relacionadas a setores chaves de habitação, transporte e saúde.

Não precisamos reproduzir aqui o que deu ou está dando errado em SP e Brasília. Com algumas mudanças de foco, poderíamos nos tornar espelho para outras cidades. BH e Brasília têm mais em comum do que a inicial do nome: ambas foram construídas à luz de um prévio planejamento urbano, a que não faltou doses de coronelismo político e de crime organizado, infiltrados nos seus executivos, legislativos e judiciários; ambas tiveram a colaboração desinteressada de empreiteiras, imobiliárias e construtoras, ambas propõem, nos seus Planos de Ordenamento Territorial, tratamento igualitário de fachada, tanto para os condomínios de Luxo, quanto para os populares; ambas têm os seus perfumados arrudas...

Por que não criar um modelo de bairro sustentável, que priorizasse utilização de tecnologias limpas (energia solar e eólica), uso de bicicletas, coleta seletiva, composteiras para dejetos vegetais, armazenamento de água pluvial (para lavagem de calçadas, quadras ou irrigação de plantas etc,etc). Por que não torná-lo num produtor de umidade refrescante, contendo um viveiro de mudas para verdejar e florir ambientes domésticos? Por que não relacionar mais harmoniosamente soluções urbanísticas com suas inevitáveis áreas correlatas de saúde, transporte e educação?

Deixada a mercê de interesses de uns poucos, em detrimento do bem estar de muitos, a atual política de ocupação do solo está também, paralelamente, estimulando a proliferação de (in)escrupulosos escritórios de serviços, ao que parecem, com alto valor adaptativo no cipoal burocrático de nossa municipalidade.

Implementar as sugestões acima, discordantes dos interesses de executivos aboletados em empresas privadas ou públicas, poderia funcionar como instrumentos de aperfeiçoamento da convivência ecológica. Protestos mesmo discreto, como o atual, são sinal de alerta. São como respostas imunológicas da comunidade. Discuti-las pode ter o mérito de chamar a atenção para problemas frequentemente ignorados.

PS.1: Um consultor, a que foi submetido este texto, considerou-o um tanto light , sugerindo acrescentar-se:

Santa Mãe! Concedei aos Iptuanos clarividência para que inocentes não venham sucumbir à sanha dos sátapras da especulação! Não os deixeis cair na tentação de substituir o pouco verde restante dos Bairros Ouro Preto e Pampulha por um cinza escuro de cimento e asfalto, impróprio para vivência de plantas e bichos, incluindo entre estes últimos, nós. Não os deixeis cair na tentação de ... optarem por Barbárie ao invés de Civilização. Senhora! Lírios, mangabeiras, oitis, borboletas, beija-flores, saguis e nós, ainda humanos, pálidos de júbilo e de esperança agradecidos ficaríamos.

PS.2: Ao leitor, um abraço e mil desculpas por tudo que essa ingênua e inútil poluição gráfica, produzida por um leigo, tenha lhe causado. Com a palavra, você e o IPTU.

Telefone para contato: (31)3498-1285.

Uma versão modificada deste texto foi publicada no Jornal do Biólogo, n° 58 - julho - 2010.

jurídico

Flávia da Cunha Pinto Mesquita e Daniella P. Ribeiro de Barros Viegas
Assessoras jurídicas da APUBH
Integrantes do escritório Geraldo Marcos & Advogados Associados.

MAIS UMA VITÓRIA DA APUBH

A JUSTIÇA FEDERAL IMPEDIU QUE A UFMG REDUZISSE AS APOSENTADORIAS DOS SEUS FILIADOS.

Recentemente, diversos professores, aposentados há mais de cinco anos, foram notificados pela UFMG de que suas aposentadorias foram julgadas ilegais pelo TCU (Tribunal de Contas da União), razão pela qual determinou-se as reduções nos seus proventos.



A Assessoria Jurídica da APUBH representando, individualmente, os professores que procuraram a entidade para a solução deste problema, propôs ações, com pedidos de antecipação da tutela (equivalente a uma liminar), a fim de que cessasse imediatamente qualquer redução no valor dos proventos desses docentes.

Não obstante as ações tramitarem em Varas diversas, a Assessoria Jurídica da APUBH obteve êxito, de pronto, no pedido de antecipação da tutela, na maioria das ações.

Em algumas decisões, os Juízes se fundamentaram no fato de que, tendo a aposentadoria sido concedida há mais de cinco anos, a UFMG não poderia mais alterá-la, por ter ocorrido a decadência desse direito e em razão da segurança jurídica.

Em outra, o Juiz determinou o cômputo do tempo especial de magistério, nos termos da legislação relativa ao Regime Geral de Previdência Social, que lhes é aplicável até dezembro de 1990, o que implicou a manutenção do pagamento dos proventos na forma como originariamente foram concedidos.

Ainda, em outra hipótese, reconheceu-se a possibilidade do cômputo do período de atividade como monitor, comprovado o recolhimento de contribuições previdenciárias na época desta atividade.

Dessas decisões, cabe recurso ao TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), com sede em Brasília, o que, no entanto, não deve suspender o trâmite dos processos. Assim, em seguida, deve ocorrer a citação das rés (UFMG e União Federal) a fim de que apresentem suas defesas, para, ao final, serem proferidas as sentenças.

Considerando os fortes fundamentos para a manutenção do valor dos proventos de aposentadoria veiculados pela Assessoria Jurídica da APUBH, espera-se que se obtenha julgamento favorável em todas as ações.

Portanto, os professores que receberem notificação da UFMG, comunicando-lhes de que seus proventos serão reduzidos, em decorrência do julgamento de ilegalidade da sua aposentadoria pelo TCU, podem procurar a Assessoria Jurídica da APUBH, em um dos plantões jurídicos que ocorrem às segundas, de 10h às 13h, e às quartas-feiras, de 15h às 18h, na sede da entidade, portando, preferencialmente, a cópia do Processo Administrativo que lhes concedeu a aposentadoria.

A APLICAÇÃO DA TAXA PROGRESSIVA DE JUROS NAS CONTAS DE FGTS E O ACORDO PROPOSTO PELA CAIXA



De acordo com o esclarecimento publicado na Edição nº 23 do Jornal da APUBH, é devida a incidência da taxa progressiva de juros sobre os saldos das contas de FGTS das pessoas que fizeram a opção pelo regime na vigência da Lei nº 5.107/66, ou que fizeram opção retroativa, na vigência da Lei nº 5.958/73.

Assim, têm direito aos juros progressivos os docentes que eram anteriormente regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e que:

1) optaram pelo FGTS sob a égide da Lei nº 5.107/66 e antes da sua modificação pela Lei nº5.705/71, ou seja, no período de 1966 a 22/09/1971, ou que

2) optaram pelo FGTS de forma retroativa à data de início de vigência da Lei nº 5.107/66 ou à data da admissão no emprego, ou ainda, à data em que completaram dez anos de serviço na mesma empresa.

Deve-se destacar que, recentemente, a Caixa Econômica Federal facultou aos titulares de contas de FGTS firmar acordos com o banco, a fim de que lhes fossem pagos os referidos juros progressivos, reconhecendo, assim, o direito dos trabalhadores.

No entanto, quem optar por receber por meio do acordo não receberá mais do que R$17.800,00, amargando grave prejuízo financeiro. Isso porque a CAIXA considerou apenas o período de vínculo com o regime do FGTS para definir o valor que deverá ser pago, desprezando os valores dos depósitos existentes nas contas.

Assim, caso firmem acordo com a Caixa, os trabalhadores que mantiveram vínculo empregatício com a mesma empresa por até 10 anos, receberão R$380,00; os que o mantiveram por 11 a 20 anos, receberão R$860,00; os que o mantiveram por 21 a 30 anos, receberão R$10.000,00; os que o mantiveram por 31 a 40 anos, receberão R$12.000,00 e os que mantiveram vínculo empregatício por mais de 40 anos receberão R$17.000,00.

Nesse sentido, cita-se, como exemplo, a situação de um determinado professor, que comparecendo à Caixa, foi-lhe fornecido um "Termo de Habilitação à Aplicação de Progressividade da Taxa de Juros às Contas Vinculadas de FGTS", no qual constava genericamente o valor que deveria receber conforme o período em que esteve vinculado ao FGTS, tendo o empregado do banco informado-lhe que, por contar 25 anos de vínculo, ser-lhe-ia pago o valor aproximado de R$8.000,00. Além disso, no mesmo acordo, constava que o interessado renunciaria "de forma irrevogável e irretratável", ao direito de pleitear as diferenças na Justiça.

Como o referido professor já havia proposto ação judicial, através da assessoria jurídica da APUBH, na qual obteve sentença favorável, sabia, portanto, que o valor correto a que tem direito, segundo os cálculos da perita contábil conveniada com a APUBH, é de R$40.266,82, razão pela qual decidiu por não firmar o acordo com a Caixa.

Diante disso, desaconselhamos a assinatura dos acordos em vista do grande prejuízo que resultará para os interessados e aconselhamos a cobrança judicial dos juros progressivos na forma em que realmente são devidos.

A relação dos documentos necessários à propositura das ações já se encontra disponível na APUBH.

>> Página 07

jurídico

SÚMULA RECONHECE DIREITO ÀS DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS ACORDOS DE 28,86%

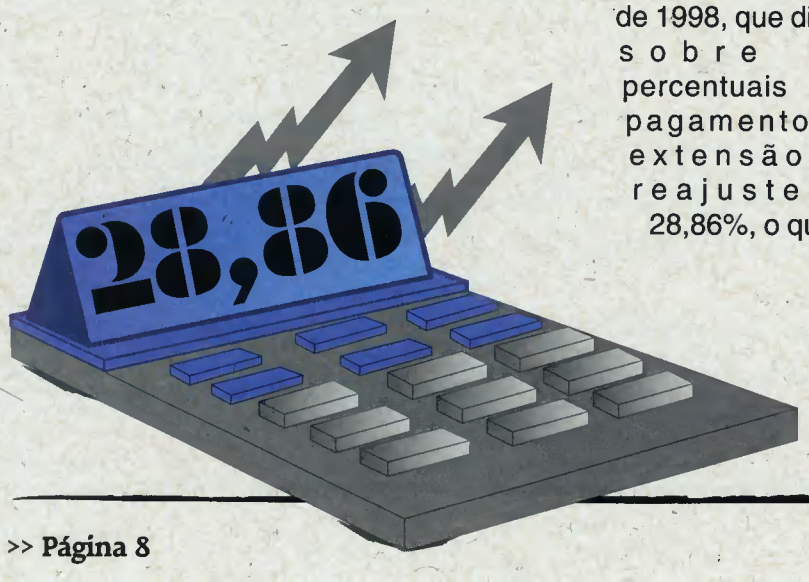
A Advocacia Geral da União editou, no dia 9 de outubro de 2009, a Súmula n° 48 que reconheceu o direito dos servidores de receberem as diferenças de correção monetária sobre as parcelas dos acordos assinados com o Governo Federal, relativos ao reajuste dos 28,86%.

As diferenças serão calculadas a partir da data em que foi efetuado o pagamento administrativo de cada parcela do acordo, como se extrai do seu texto: "No reajuste de 28,86%, a correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela."

É oportuno lembrar que os 28,86% tiveram sua origem com o advento da Lei nº 8.622, de 19/02/1993, que reajustou os soldos dos militares, ferindo o princípio de isonomia, além de outros princípios gerais do Direito e prejudicando os servidores civis, os quais ganharam na Justiça o direito de terem suas remunerações e proventos revistos com o aludido reajuste.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de ser devido a compensação dos reajustes concedidos na época, sendo que no caso dos docentes o reajuste, na maioria dos casos, atingiu o índice de 30,12%. Por isso, somente teriam direito às diferenças dos 28,86% os docentes que tiveram reajustes menores.

Para esses, o Governo editou a Portaria MARE n° 2.179, de 28 de julho de 1998, que dispôs sobre os percentuais para pagamento da extensão do reajuste de 28,86%, o que se deu através da assinatura de um acordo administrativo.



As diferenças reconhecidas no acordo foram devidamente pagas em 14 parcelas pela Administração Pública. No entanto, os pagamentos foram feitos com defasagens, ou seja, sem a devida correção monetária.

Assim, aqueles que entabularam os acordos referidos e que quiserem cobrar as diferenças devidas da correção monetária podem procurar a assessoria jurídica nos plantões.

FÓRUM JURÍDICO DO PROIFES

Nos dias 08 e 09 de julho do corrente ano realizou-se em Brasília, o Fórum Jurídico do PROIFES, no qual foram debatidas questões relevantes para os docentes das instituições federais de ensino superior.

A reunião contou com a presença das assessorias jurídicas do PROIFES, da APUBH, da APUB (Bahia) e da ADUFRGS (Rio Grande do Sul), além da presença de diversos diretores dessas e de outras entidades filiadas ao PROIFES.

Dentre os temas apresentados e debatidos, destacaram-se, na visão da assessora jurídica Flávia da Cunha Pinto Mesquita, presente no evento, os seguintes:

- os aspectos jurídicos do projeto de Lei Orgânica para o sistema das Instituições Federais de Ensino Superior;
- a autonomia Universitária, especialmente em vista do controle externo do Tribunal de Contas da União e das revisões de aposentadorias efetivas por esse órgão;
- o anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil, o qual foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, onde iniciará sua tramitação;
- a proposta do Governo de reestruturação da Carreira do Magistério Superior encaminhada ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;
- a atuação da Advocacia Geral da União através das Procuradorias Federais, além de uma análise de sua estrutura e a forma como se deu sua criação;
- a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Mandado de Injunção n° 880, que trata da Aposentadoria Especial no serviço público, especialmente em vista da Orientação Normativa n° 6 da SRH do MPOG, de 21/06/2010.

Além desses temas foram anunciadas:

- a tramitação das PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO (PEC) que prevêem a suspensão da contribuição previdenciária dos aposentados;
- a Nota Técnica MPOG n° 433/2009 que prevê a suspensão de concessão de férias e do respectivo 1/3 constitucional aos docentes afastados para capacitação;
- a possível interpretação pela limitação de atuação dos professores integrantes da nova carreira do ensino básico, técnico e tecnológico - EBTT no ensino superior, em vista da instituição de exercício provisório pela Medida Provisória 431/08.

O próximo FÓRUM deverá ocorrer no mês de OUTUBRO do corrente ano.

>> Página 8

APOSENTADORIA INTEGRAL
PARA APOSENTADOS POR INVALIDEZ

A Constituição da República estabelece, para os servidores públicos acidentados em serviço ou acometidos por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável que os incapacite para o trabalho, o direito à aposentadoria com proventos integrais, nos termos do seu artigo 40, §1º, inciso I, abaixo transcrito:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

(negritos acrescidos ao original)

Tendo em vista que a Emenda Constitucional nº 41/2003 alterou a forma de cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos, determinando a adoção do critério utilizado pelo Regime Geral de Previdência Social, qual seja o cálculo do benefício da aposentadoria considerando a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento (80%) de todo o período contributivo, a Universidade Federal de Minas Gerais tem adotado este critério também para o cálculo dos proventos "integrais" a que têm direito os docentes aposentados por invalidez por doença especificada em lei.

Entretanto, não é esta a previsão constitucional respaldada por recente precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ao contrário do adotado pela UFMG, o STJ vem entendendo que a integralidade a que fazem jus os docentes aposentados em decorrência de acidente em serviço, acometidos por moléstia profissional ou por doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, corresponde ao valor do que o docente receberia se estivesse na ativa e não à integralidade calculada com base na referida média aritmética.

Dessa forma, os docentes que tenham se aposentado nessa situação, a partir de 1º de janeiro de 2004, têm direito de terem os seus proventos revisados. Para tanto, devem procurar a assessoria jurídica da APUBH.

capa

CHAPA NOVA AÇÃO ASSUME A DIRETORIA DA APUBH PARA O BIÊNIO 2010/2012

A nova diretoria da Apubh tomou posse no dia 10 de junho de 2010 em cerimônia realizada em sua sede. A Chapa foi eleita nas eleições realizadas em maio nos campi Saúde, Pampulha e Montes Claros da Universidade Federal de Minas Gerais. Os docentes filiados à APUBH compareceram às urnas entre os dias 20 e 21 de maio para eleição da nova diretoria geral, conselho de representantes e conselho fiscal do sindicato. A chapa "Ação Sindical", única inscrita, foi eleita com 93,46% dos votos para o biênio 2010-2012, correspondendo à 700 votos válidos. Foram contabilizados ainda 32 votos brancos (4,27%) e 17 votos nulos (2,26%). A presença nas urnas foi maior se comparada com o número de votantes no pleito anterior.

Conforme reza o estatuto da entidade, a posse foi precedida da Assembleia Geral para aprovação das contas do exercício financeiro de 2010. O relatório financeiro e o parecer do Conselho Fiscal foram apresentados, respectivamente, pelo diretor de finanças do sindicato, professor João Maurício Lima e pela secretária do Conselho, professora Edna Maria de Faria. Os relatórios foram unanimamente aprovados pelos presentes. O plano orçamentário para o ano de 2010 também foi apresentado.

A cerimônia de posse foi dirigida pelo vice-presidente da APUBH, professor Carlos Martinez, que destacou as ações do sindicato nas negociações salariais e sua atuação no movimento docente em âmbito local e nacional. Foram empossadas as diretorias executiva, setorial e os conselhos Fiscal e de representantes. A presidência do sindicato permanece a cargo do professor José de Siqueira que, em seu discurso, destacou a vontade de que o sindicato seja reconhecido como a casa do professor, as realizações da gestão passada e apresentou a proposta de trabalho da nova gestão cujos principais pontos são:

- Dar continuidade e fortalecer as ações do setor jurídico, no atendimento de nossos associados.
- Ampliar o setor de convênios.
- Realizar o projeto de construção da nova Sede, como







Lucas Daian

Professores Fernando Amorim e Sônia Brandão, ganhadores do sorteio de camisas oficiais da Seleção Brasileira

prioridade, para oferecer um novo espaço de convivência para nossos associados.

- Valorização do Conselho de Representantes, como elo de ligação da APUBH com o cotidiano dos professores.
- Construir um movimento docente nacional independente e plural.
- Criar uma Federação sindical dos professores das IFES.
- Ampliar e fortalecer o movimento docente em Minas, com a criação de sindicatos docentes locais.
- Ampliar a democracia interna na UFMG.
- Estabelecer relações de colaboração com a Direção da UFMG, sempre em defesa dos interesses dos professores.
- Propor e realizar ações conjuntas com os técnico-administrativos e estudantes, na busca de soluções dos problemas que afetam a comunidade universitária.
- Lutar pelo aprimoramento da carreira docente.
- Pela implementação de uma política salarial que contemple ganhos reais anuais para os docentes.
- Pela melhoria das condições de trabalho na UFMG.
- Pela valorização e melhoria das condições dos Hospitais Universitários.
- A criação do IPE – Instituto de Pesquisa Educacionais para subsidiar os planos e projetos educacionais dos docentes, técnico-administrativos e estudantes para o Brasil.
- Pela manutenção da qualidade do ensino na UFMG.

Estiveram presentes na cerimônia o Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Clélio Campolina, a chefe de gabinete da Reitoria, Ana Lúcia Starling, o diretor da Faculdade de Engenharia da UFMG, Fernando Amorim, o diretor do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, Bismarck Vaz da Costa, o presidente da Associação dos Servidores da UFMG - Assufemg, Marcio Flávio dos Reis, a vice-presidente da Assufemg, Sônia Micussi Simões, o representante da Nossacoop, Alceu Luiz Sartoni, o diretor do Sinprominas, Newton Pereira de Souza e representantes do movimento estudantil.



Lucas Daian

O Reitor Clélio Campolina discursa na cerimônia de posse (foto acima). Edna Faria, secretária do Conselho Fiscal, lê o parecer financeiro da entidade.

[] setorial

APUFSC É O PRIMEIRO SINDICATO A OBTER O REGISTRO

O dia 24 de junho de 2010 entrou para a história do movimento docente nacional. Nesta data, em Santa Catarina, o Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina – APUFSC, receberia o registro de Sindicato das mãos do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Roberto Lupi. O documento não foi entregue porque o Ministro foi convocado pelo presidente Lula para uma reunião de urgência, segundo informou o presidente da APUFSC, Armando Lisboa. Ressalta-se que o certificado de registro já estaria pronto e assinado em Brasilía.

Para Armando Lisboa, esse registro sindical da Apufsc, em verdade, é o coroamento de um processo que não foi iniciado apenas com a saída da Apufsc da condição de seção sindical da Andes, para construir um sindicato autonômo. Segundo ele, esse processo iniciou-se em Belo Horizonte, no Rio Grande do Sul, em São Carlos. "E para nós é muito importante porque sacramenta a renovação do sindicalismo, uma nova forma de fazer sindicalismo não mais sobre as amarras de um sindicato nacional único. Com muito mais democracia, muito mais autonomia, muito mais independência, e muito mais representativa da base", afirmou o presidente do sindicato.

O evento prosseguiu com a realização do debate "A questão sindical no Serviço Público Federal", com representantes de entidades sindicais e moderado pelo professor Rogério Portanova, vice-presidente da Apufsc Sindical. Para ele, "o evento é histórico porque conseguiu reunir o que há de mais combativo e de vanguarda no sindicalismo docente brasileiro e que começa a delinear um novo paradigma para o sindicalismo universitário". Os representantes das Associações Docentes e Sindicatos fizeram um relato de suas experiências. O que pode ser percebido pelos presentes é que há uma tendência entre as AD's de seguir os passos da APUBH, ADUFRGS, APUFSC e ADUFSCAR que já transformaram-se em sindicatos autonômos. Ainda na parte da manhã, foi apresentado um relato da reunião da mesa de negociação de carreira realizada em Brasília, no dia 22 de junho.



Simone Ribeiro

Prof. Armando Lisboa, presidente da APUFSC

A mesa redonda "Federação: o novo sindicalismo universitário" realizada no auditório do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, movimentou a tarde do evento. A tônica principal foi a apresentação e análise das propostas de estatutos para o projeto de Federação. José de Siqueira,

presidente da APUBH e diretor de relações sindicais do PROIFES, apresentou uma síntese da proposta colegiada (horizontal e parlamentarista) de Estatuto. "Tem que ser uma federação entre iguais em que cada AD represente a sua base e isso sob o princípio da democracia intrínseca de cada universidade. Essa deve ser a dinâmica. No modelo que proponho o congresso é muito importante porque a base se manifesta, decide, mas nunca haverá contradição, nunca alguém será desautorizado, porque os membros do congresso são a base e a plenária são os membros indicados pelos sindicatos e são esses que dirigem a federação", disse durante a exposição de sua proposta.

Já Gil Vicente, presidente do PROIFES, apresentou uma proposta de estatuto para a federação cuja estrutura não permitiria, segundo ele, que a entidade fique refém de conflitos internos. Nela, o congresso é configurado apenas como uma instância reflexiva. O professor Armando Lisboa discordou da proposta do Proifes considerando politicamente inviável uma coordenação geral composta por 51 Associações Docentes, como apontou Prudente Melo, advogado da APUFSC.

Outro ponto abordado na mesa foi a situação do PROIFES Sindicato. De acordo com Eduardo Rolim, vice-presidente da entidade, ainda permanece a luta para que o PROIFES Sindicato tenha seu registro sindical. A ideia é que este funcione como um sindicato guarda-chuva, ou seja, um espaço de transição das AD's sem registro e a Federação. Entretanto, para Rogério Portanova, "a ideia de Sindicato Nacional está ultrapassada, temos que pensar numa ideia de federação democrática e horizontalizada".

Ricardo Tramonte, diretor-adjunto da APUFSC, afirmou que não viu muitas diferenças entre as estruturas apresentadas por Siqueira e Gil. E que percebeu que ambos querem inovação, um modelo diferenciado do modelo antigo (ANDES). Mas que é necessário definir qual o conceito de federação será escolhido. O vice-presidente da ADUFRGS Sindical, José Carlos Freitas considerou que "as propostas são uma tentativa de composição de uma coordenação de um conjunto de AD's num sentido federativo em que a pluralidade é essencial, mas deve existir uma unidade de discurso mínima. É necessário haver coerência para que as pessoas que estão de fora entrem". Siqueira ainda destacou que para a Federação ser criada é necessária a filiação de cinco sindicatos de cinco estados diferentes e isso ainda não é realidade.

A mesa-redonda também marcou o início aos debates políticos sobre a criação da Federação, mas é ainda o começo, pois muita coisa ainda precisa ser discutida e analisada pelas AD's que compõem o núcleo central do PROIFES e as parceiras. Confome pontuou, João Bosco, presidente da ADURN, a discussão do Estatuto é importante, mas é fundamental discutir primeiro o sentido político da Federação. As propostas estão disponíveis na página no Proifes para análise dos interessados e foram discutidas no VI Encontro Nacional do Proifes, realizado entre os dias 3 e 7 de agosto em Brasília. Confira a matéria a seguir.



Simone Ribeiro

@setorial

VI ENCONTRO NACIONAL DO PROIFES

Brasília sediou entre os dias 03 e 07 de agosto, o VI Encontro Nacional do Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior - PROIFES Fórum e o II Encontro Nacional do PROIFES - Sindicato. Durante 4 dias, diretores da entidade e representantes das associações docentes e sindicatos de várias universidades e institutos federais discutiram, analisaram e apresentaram propostas para melhoria das condições do trabalho docente no país.

A solenidade de abertura do evento, que homenageou o professor Círio Simon da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contou com a participação de representantes de entidades nacionais e internacionais, taís como Federação Nacional dos Docentes Universitários da Argentina- CONADU, Instituto de Estudos e Capacitação, Internacional da Educação da América Latina – IEAL, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE,Central Única dos Trabalhadores – CUT, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE. Também compareceram João Batista de Souza, vice-reitor da Universidade de Brasília e o representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior -ANDIFES.

Uma polêmica marcou o início dos trabalhos no segundo dia do Encontro: Apubh, juntamente com a Adufrgs, questionaram o mecanismo e o prazo legal para escolha dos



Simone Ribeiro

Abertura do encontro reuniu representantes de diversas entidades

delegados das AD's. Cláudio Scherer e João Maurício, respectivamente, presidente da Adufrgs e diretor de finanças da APUBH, disseram que suas Ad's não foram informadas de que a votação para eleição dos delegados poderia ter sido feita fora do período definido pelo estatuto do Proifes para eleição dos delegados. Para solucionar o problema, o professor Scherer sugeriu que, em pontos polêmicos, todos

os presentes votassem e em seguida os delegados votariam para corroborar a decisão da maioria. A sugestão implicou em uma flexibilização do estatuto do Proifes para garantir o direito a voto a todos os presentes, o que foi aceito pela plenária.

Carreira Docente

A carreira docente configurou-se como o ponto mais importante da pauta do segundo dia do encontro. A questão tornou-se latente principalmente após o retrocesso do governo no processo de negociação e o não encaminhamento, por parte do governo federal, do projeto de lei do Plano de Carreira e Cargo de Magistério Superior Federal ao Congresso Nacional. Os trabalhos foram iniciados com a leitura de uma análise política do projeto de lei apresentado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão (MPOG). Em seguida, foram defendidas pelos respectivos autores, as seis propostas encaminhadas pelos delegados eleitos. Ao final dos debates, a comissão de carreira apresentou as diretrizes que passariam a pautar a negociação com o governo:

- tratamento isonômico das carreiras do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e do Magistério Superior;
- adoção não discriminatória das regras de enquadramento dos docentes ativos e aposentados, e também dos pensionistas, da atual carreira (PUCRCE) na nova carreira;
- estabelecimento de uma tabela salarial com valores não inferiores aos das tabelas salariais das demais carreiras federais para servidores de nível superior. A referência seriam os salários da carreira de Ciência e Tecnologia e, com incrementos salariais entre níveis e entre classes constantes ao longo da carreira;
- manutenção da autonomia constitucional da universidade;
- que os critérios de progressão, ascensão e distribuição de carga horária levem em consideração a pluralidade das atividades desenvolvidas pelo docente, respeitando sempre a autonomia da universidade na atribuição de tarefas, com balizadores mínimos nacionais que garantam a qualidade da universidade e, além disso, que todos os docentes possam atingir o topo da carreira independente da titulação.



Simone Ribeiro

Diretores da Apubh e da Apufsc compareceram ao encontro

Outro ponto interessante foi a decisão da plenária de

considerar a opinião das bases das Associações e Sindicatos filiados ao Proifes sobre a conduta a ser adotada pela entidade no tratamento da questão da carreira junto aos órgãos federais. As bases serão ouvidas por meio de consultas eletrônicas sobre a criação de uma nova classe na carreira do magistério superior, a manutenção da defesa de uma proposta única de carreira docente e sobre o parcelamento ou não dos aumentos/mudanças que



Simone Ribeiro

O Encontro reuniu cerca de 100 professores do Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

implicarem em acréscimos orçamentários. A iniciativa visa garantir uma maior participação da base nas ações do Proifes e também respalda as ações realizadas pelas Ad's.

Estatuto da Federação

A criação da Federação aprovada no V Encontro do PROIFES foi outro ponto sensível do encontro de 2010, isto é, a definição de seu estatuto. Três propostas foram analisadas pela plenária: a primeira de autoria dos professores Gil Vicente e Claúdio Scherer, a segunda do professor José de Siqueira e a terceira do professor José Carlos Freitas Lemos. Os três primeiros autores compõem a comissão do PROIFES para elaboração do estatuto.

O debate do estatuto foi polêmico e gerou controvérsias entre os presentes, principalmente, no que dizia respeito à composição da Federação. Ou seja, quem teria direito a fazer parte da federação? Juridicamente, uma federação deve ter, no mínimo, cinco sindicatos legalmente constituídos (com registro). No geral, previa-se que as associações e filiados individuais ficassem vinculados ao PROIFES FÓRUM ou Sindicato, mas sem a possibilidade de vincular-se diretamente à Federação.



Simone Ribeiro

Carlos Barreira Martinez, vice-presidente da Apubh, participou das discussões sobre a carreira

A solução apresentada para o impasse foi a seguinte: a criação de uma comissão constituída por membros das 10 entidades filiadas ao PROIFES mais 2 representantes individuais para

redação de uma nova proposta consolidada de Estatuto para a Federação; a primeira versão do estatuto deve ser apresentado até o final de novembro de 2010, aprovação de que todas as entidades que se denominam sindicato possam se filiar à nova federação; seguir as bases diretivas (estrutura organizacional) para a construção da futura federação a partir da proposta A, apresentada no VI Encontro; 19 delegados aprovaram a constituição da Federação no VII Encontro Nacional juntamente com a aprovação do Estatuto. Essa decisão, no entanto, é muito polêmica, pois serão os cinco primeiros sindicatos com registro sindical que fundarão, de fato, a federação.

Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

As problemáticas e desafios dos docentes da carreira do EBTT foram debatidas no último dia do evento. A classe tem se tornado o foco das atenções das associações docentes e sindicatos dado o impasse em relação ao seu enquadramento e falta de isonomia salarial com a carreira do Magistério Superior. O reitor do Instituto Federal de Ciência e tecnoologia do Paraná, Alípio Leal, proferiu uma palestra sobre a carreira do EBTT.

A mesa coordenada pelo professor José Eduardo Borges Moreira, diretor do Ensino Básico do Proifes, deliberou sobre as propostas sobre o reenquadramento da carreira e aprovou a constituição de uma comissão de EBTT com cinco integrantes para atuação junto ao Ministério da Educação – MEC e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

A segurança jurídica, a previdência complementar e o novo movimento docente sindical também foram discutidos durante o encontro. Foram criadas comissões para análise, discussão e monitoramento das questões relativas aos dois primeiros tópicos com o compromisso de desenvolver cartilhas e um



Simone Ribeiro

Alípio Leal, Reitor do IFPR-PR, Marco Aurélio Visintin, diretor do IFPR - Campus Paranaguá e José Eduardo Borges Moreira, diretor de Ensino Básico do Proifes

banco de dados com orientações para os docentes. E, finalmente, foi aprovada a realização de um congresso universitário para uma reflexão sobre a Carreira docente e a Lei Orgânica das Universidades Federais. O evento será coordenado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás e acontecerá na UFG, Goiânia, até abril de 2011.

revista caminhos

Chamada para publicação de trabalhos no 2° semestre de 2010

A Revista Caminhos, publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros, abre período de submissão de trabalhos para publicação na edição de número 27 em novembro de 2010. Os trabalhos devem ser enviados até **30 de outubro** de 2010 para o e-mail: comunicacao@apubh.org.br.

Orientações para envio e publicação de artigos:

1)Todos os professores da UFMG, filiados à Apubh, ativos e aposentados, podem enviar seus artigos;

2)Os artigos deverão respeitar as seguintes especificações: fonte Times New Roman, tamanho 12, texto justificado, espaço 1,5, com 25.000 a 35.000 caracteres;

3)Poderão ser enviadas, também, produções literárias e ilustrativas (charges, desenhos, poesias, ensaios, contos, etc) que guardem relação com os temas tratados na Revista.

4)Os temas abordados devem estar dentro dos seguintes eixos temáticos:

4.1. Carreira e Trabalho Docente;

4.2. Ciência e Tecnologia;

4.3. Política Educacional;

4.4. Universidade e Autonomia;

4.5. Mercantilização da Educação;

4.6. Universidade e Movimento Docente;

4.7. Eleições;

4.8. Temas acadêmicos em geral.

O conselho Editorial da Revista Caminhos poderá propor modificações formais nos materiais encaminhados que não signifiquem alterações essenciais do conteúdo para melhor adequá-los às exigências editoriais, quais sejam: textos de interesse geral e tratamento acadêmico e que estejam relacionados aos temas propostos acima.

@campi ufmg

SINDICATO RETOMA A TRADIÇÃO DO HAPPY HOUR

Desde 23 de abril de 2010, a Apubh tem promovido Happy Hours em sua sede. De 15 em 15 dias os filiados são convidados a participar deste evento, que é um espaço de encontro, de confraternização, da conversa agradável e da descontração após uma semana de trabalho intenso. Este tipo de evento foi promovido pelo sindicato durante vários anos nas unidades acadêmicas da UFMG e reunia muitos docentes interessados em fazer amizade, relaxar e conhecer o "pessoal" que faz a Apubh acontecer.

O Happy Hour foi retomado para promover o congraçamento dos docentes da UFMG entre si e entre eles e o sindicato. Visa também trabalhar a noção de que no sindicato também há espaço para o "social". Já foram realizadas cinco edições (23/04, 14/05, 28/05, 10/06 e 01/07). O primeiro e o terceiro happy hours priorizaram a comida de boteco. Já o segundo ocorreu após o lançamento da edição número 26 da Revista Caminhos. O quarto tomou a forma de um coquetel em comemoração à posse da nova diretoria da APUBH. O último teve como tema a Festa Julina e o público presente pode degustar as guloseimas típicas da época.

Para animar o evento música mecânica e de cantores que, ao vivo, numa apresentação de voz e violão, brindam os presentes com uma seleção de Música Popular Brasileira. A temporada de Happy Hours no 1º semestre de 2010 foi encerrada no dia 01 de julho e foi retomada na terceira semana do mês de agosto.

Confira ao lado algumas imagens dos eventos:



Simone Ribeiro

@campi ufmg

RISCOS PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Governo recusa-se a negociar plano de reestruturação da carreira dos servidores públicos federais

Forte pressão sob o governo. Essa foi a alegação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Paulo Bernardo, para justificar o adiamento da tomada de uma decisão sobre a reestruturação da carreira do Magistério Superior e de outras carreiras do Serviço Público Federal e, consequentemente do envio do Projeto de Lei de Reestruturação da Carreira do Magistério Superior para a Câmara. A justificativa foi apresentada durante reunião realizada no dia 08 de julho de 2010, conforme o relato publicado na página do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior, "o compromisso do Governo era o de reestruturar algumas carreiras, com alterações em classes e níveis, em gratificações e outros pequenos ajustes, mas o que vinha acontecendo era a insistência de algumas entidades para que esse debate se transformasse em uma possibilidade de reajuste salarial". Para o ministro, isto dificultou o processo de negociação entre o governo e as entidades representativas dos servidores públicos federais, pois os aumentos gerariam um impacto significativo no orçamento. A proposta do governo é de que a negociação seja feita pelo próximo governo.

Para muitos, a atitude soa como uma motivação eleitoreira, como apontou o professor Carlos Martinez, vice-presidente da Apubh, durante a reunião de Ad's do Proifes, "a mensagem é clara: o voto no atual governo é garantia de que a negociação será retomada no próximo governo". É consenso entre os representantes das Associações Docentes e Sindicatos de que é necessário tomar providências imediatas para evitar o esvaziamento da discussão e o enfraquecimento do movimento docente.

As linhas gerais do Projeto de Lei foram apresentadas por Maria do Socorro Gomes, secretária adjunta de Recursos Humanos, no dia 22 de junho, em reunião realizada com o Proifes e a Andes, e que seria enviado para o congresso até o dia 02 de julho, data limite devido às eleições. Ainda durante a reunião, a secretária de recursos Humanos do MPOG, afirmou que havia algumas mudanças no PL em relação à síntese de minuta apresentada anteriormente, mas que havia restrições quanto aos reajustes que poderiam ser dados aos docentes. E por isso o PL atenderia parte das necessidades do funcionalismo, como a correção da carreira docente que tem sido alvo de questionamentos por parte do Ministério Público do Trabalho. Ainda de acordo com ela, a proposta também tinha o mérito de dar "impacto de gestão" às universidades e seus gestores.

Em resumo, o projeto de lei tem as seguintes linhas gerais:

1- regulamentação da Dedicação Exclusiva (DE), dizendo exatamente em que termos se dá o pagamento por outras atividades remuneradas, listando todas as exceções: por exemplo, bolsas de pesquisa e de extensão;
2- o ingresso na carreira será no primeiro nível da primeira

classe da carreira, por exigência constitucional, mediante concurso público de provas e títulos;

3- instituição da gratificação de encargo de preceptoria, nos moldes preconizados pela OMS (valor dado por hora de preceptoria);

4- retribuição dos docentes para projetos institucionais e de extensão pagos com recursos próprios, mas limitado ao número de horas para desenvolvimento de atividades de extensão (8 horas semanais);

5- regras de desenvolvimento na carreira que possibilitem progressão acelerada: professores com carga maior de aulas do que o mínimo definido na LDB (8 horas semanais) poderão progredir a cada 12 meses, em vez de 18 meses;

6- criação da classe de Professor Sênior, que alonga a carreira, com progressão a cada 18 meses;

7- haverá regra de transição que considerará o tempo que o docente ficou represado na carreira previamente, como adjunto 4, mas que não contemplará os aposentados, pois será exclusivamente para quem está na ativa. Esse enquadramento posterior ainda não está definido;

8- cria o adicional de coordenação de cursos, que será um instrumento para gestão de coordenações de cursos, com rubrica a ser criada no Siape e que estará nas folhas das universidades automaticamente (no mês seguinte à criação do curso);

9- haverá reajuste apenas para titulares e seniores: o salário dos titulares passará para R$ 14.967,36.

O projeto de lei não contempla vários pontos apresentados nas mesas de negociação com o governo e apresenta inúmeros pontos obscuros ou mal esclarecidos. Por exemplo, a criação de mais uma classe na carreira docente (item 6). Para José de Siqueira, presidente da Apubh, o argumento para criação de uma classe a mais na carreira do Ensino Superior (a classe Sênior), é falaciosa pelas seguintes razões:

1- O MPOG disse que a classe alongava a carreira. Ora, para o professor que entrar na classe D 1, nível 1, a carreira encurtou em relação a atual, pois a atual tem 30 anos de duração (15 níveis com progressão a cada 2 anos) e a proposta tem 28,5 anos (19 níveis com progressão a cada 1,5 anos).

2- Para quem entrou agora como adjunto 1, a carreira tem 14 anos (7 níveis vezes 2 anos) e depois da sanção da lei ela terá 16,5 anos (11 níveis vezes 1,5 anos), o que não alongava significativamente a carreira para esses professores, já que são necessários 35 anos de contribuição previdenciária para aposentar-se, além da idade mínima.

3- Apesar dos representantes do MPOG dizerem que não há dinheiro para reajuste, os titulares e alguns seniores teriam aumento substancial. Portanto, seria melhor não criar a classe Sênior e utilizar o dinheiro disponível do orçamento para dar reajuste para todos os docentes e não apenas para uma minoria.

4- A criação da classe sênior trará prejuízos aos aposentados novamente.

Outro ponto questionável e preocupante do Projeto de Lei diz respeito à reestruturação da carreira dos docentes do ensino Básico, técnico e tecnológico (EBTT). "A discussão sobre a síntese do PL excluiu a avaliação da carreira da EBTT. É inadmissível que o processo de discussão sobre essa carreira seja excluído da mesa de negociação", apontou José Eduardo Borges Moreira, diretor de Ensino Básico do Proifes.

A exclusão, no projeto de lei, da carreira da EBTT é no mínimo curiosa, pois a atual política do Governo e do Ministério da

Educação de crescentes investimentos na implantação e reforma dos Institutos Federais de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e os Colégios de Aplicação das IFES. Segundo as informações disponíveis na página da Rede Federal (www.redefederal.mec.gov.br), "O MEC está investindo R$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Em 2010 o número de escolas ultrapassará as 354 unidades previstas. Serão 500 mil vagas em todo o país". Essa expansão implica na contratação de novos docentes que ingressam na carreira sem consciência das diferenças salariais entre os níveis da carreira da EBTT e do magistério Superior. A ideia do governo é discutir a proposta de modificação da EBTT somente no 2º semestre e durante o período de transição do governo. Entretanto, não há garantia de que o novo governo dará prosseguimento às negociações iniciadas pelo atual governo.

A proposta do governo também prejudica os docentes aposentados e uma grande parcela dos docentes da ativa no Magistério Superior. Os primeiros porque não são contemplados em nenhum ponto do PL e portanto, não farão jus à passagem de nível e à compensação financeira que esta acarreta e ficarão ainda mais distantes do topo da carreira, mais uma vez. Já os da ativa são prejudicados porque há uma disparidade salarial significativa entre os docentes em início de carreira e aqueles do topo da carreira.

De acordo com o relatório da reunião de Ad´s do Proifes, feito pelo prof. Marco Túlio, da diretoria executiva da Apubh, durante a reunião, João Maurício, diretor financeiro da Apubh fez uma revisão histórica sobre os meios legais utilizados pelo governo federal para lidar com as reivindicações do movimento docente das IFES. Primeiramente, houve a implantação da isonomia nos aumentos salariais dos servidores públicos federais, na década de 1980. A partir da década de 1990, foram criadas as diferenciações nos aumentos salariais, dos diversos setores do serviço público federal, por meio das gratificações. Nos últimos anos, vêm sendo instituídas as carreiras específicas para os diversos segmentos do serviço público. No atual momento, o Movimento Docente deve exigir, do governo federal, os pontos de discussão sobre a reestruturação da carreira docente das IFES. Para ele, não há a mínima possibilidade de tomada de posição por parte das associações de docentes e sindicatos sem uma clareza da abrangência pretendida pelo governo federal para a negociação da carreira. Neste processo de negociação o movimento deve ser o protagonista e não o governo federal, por isso a discussão com as bases é fundamental.

Em seu relatório, o professor Marco Túlio aponta que, "a maior participação das bases do movimento deve ser buscada insistentemente. Muitos docentes não têm a menor idéia da extensão da proposta de reestruturação da carreira. Aparentemente, a possibilidade de ganhos salariais com a implantação da categoria sênior está anestesiando uma visão mais crítica acerca do teor completo da proposta e seus impactos no futuro das IFES. Aliás, repito que, aparentemente, o movimento docente reduziu-se à discussão da reestruturação da carreira nas IFES".

A íntegra da proposta do projeto de Lei do Governo, o relato das reuniões com o MPOG e o relato da reunião das Ad's promovida pelo PROIFES podem ser conferidos na página da Apubh (www.apubh.org.br).

@campi ufmg

Caros Colegas,

O Governo não está negociando com os sindicatos e demais entidades representativas dos Servidores Públicos Federais, especificamente a categoria docente. Entretanto, ele apresenta pontos que constituirão um Projeto de Lei (PL) de reestruturação da carreira do Magistério Superior. Em reunião realizada no dia 22 de junho de 2010, o governo apresentou as principais diretrizes deste PL e que constam da Carta Aberta enviada aos parlamentares do Congresso Nacional e à Sociedade Brasileira pelo Proifes e demais sindicatos:

- regulamentação da Dedicação Exclusiva (DE) – (informe-se melhor na página);
- ingresso na primeira classe/nível da Carreira, de acordo com o que prevê a CF;
- criação da Gratificação de Encargo de Atividade de Preceptoria;
- retribuição por projetos institucionais de pesquisa e extensão;
- criação de uma classe acima das demais;
- elevação do teto remuneratório da Carreira para aproximadamente 15 mil reais;
- redução do interstício para progressão de 24 meses para 18 meses;
- instituição de Adicional de Coordenação de Curso, possibilidade de aceleração de progressão para docentes com maior carga didática;
- enquadramento dos docentes da ativa que progrediram para a classe de Associado levando-se em conta o tempo em que ficaram represados na classe de Adjunto IV.

A minuta do Projeto de Lei pode ser conferida na íntegra na página da APUBH (http://apubh.org.br/uploads/noticias/anexo/pl_carreira_reuniao_2010_ref14681.pdf) .

O governo pressionado pelas entidades representativas convocou-as para uma reunião no dia 08 de julho. O relato do encontro pode ser conferido no seguinte endereço eletrônico (http://apubh.org.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=631). Ressalta-se que a proposta de PL apresentada pelo governo não atende às reivindicações dos docentes. Por isso, nós precisamos saber a sua opinião sobre o assunto. Informe-se. Posicione-se, para que possamos deliberar e formalizar a nossa posição para encaminhamento à mesa de negociação.

Cordialmente,

Diretoria da Apubh

Campanha de ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E FILIAÇÃO 2010

Professor,

O Sindicato comunica-se com seus filiados através do envio de informações sobre suas atividades. São os seus dados cadastrais que nos permitem alcançá-lo e reforçar esse canal de relacionamento. Por isso é importante atualizar os seus dados.

Faça a atualização e traga também um professor ainda não sindicalizado para que se filie. As nossas reivindicações ganham mais força e maior destaque quanto maior for o número de docentes filiados.

Ao fazer a atualização pessoalmente, ou ao se filiar, o docente ganha um pen drive de 2GB personalizado com a logomarca da APUBH. Participe!



// notícias



1. Apubh marca presença no I Seminário de Comunicação do Proifes

Avaliar a comunicação, definir estratégias e discutir uma proposta de um projeto de comunicação para o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES, esses foram os objetivos do I Seminário de Comunicação promovido pela entidade, nos dias 08 e 09 de junho. Realizado na Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos - ADUFSCAR, o evento reuniu diretores e representantes de sindicatos e associações docentes filiados e/ou parceiros do Proifes. A APUBH foi representada por seu presidente, José de Siqueira e pela jornalista Simone Ribeiro.

No primeiro bloco do evento foram apontadas e analisadas as fragilidades e as potencialidades comunicativas do Proifes. Reconheceu-se que é grande o desafio de trabalhar e reestruturar a comunicação da entidade e que avanço político não implica em excelência em comunicação, mas que ela é fundamental para fortalecer e legitimar as ações do Proifes. De todos os pontos discutidos (falta de promoção do Proifes, falha na circulaçao de informações etc), a falta de atualização e a reestruturação da página eletrônica foram os assuntos mais abordados pelos presentes.

Os dois últimos blocos foram destinados à discussão de estratégias e ações para melhoria da comunicação, tais como a integração e estabelecimento de parcerias comunicativas entre o Proifes e as AD's.

Como primeiro resultado prático da iniciativa de discutir e propor ações de comunicação para o Proifes foi criada a Câmara de Conciliação Permanente de Comunicação (CCPC), constituída por diretores da entidade e das Ad's e sindicatos filiados ou parceiros. As propostas da Câmara foram apresentadas e aprovadas no VI Encontro Nacional em agosto.

2. Promoção APUBH na Copa

O sindicato promoveu, em comemoração à Copa do Mundo, a campanha "Vibrou, ganhou". Os filiados à Apubh concorreram a 12 camisas oficiais da Seleção Brasileira. Os contemplados foram conhecidos no dia 16 de junho, após a extração da Loteria Federal, deste dia. Os participantes da promoção concorreram com o número de inscrição na UFMG (exceto o dígito verificador). O regulamento e a relação dos ganhadores podem ser conferidos no site do sindicato (www.apubh.org.br). Outras duas camisas foram sorteadas entre os filiados presentes no Coquetel de posse da nova diretoria da Apubh, após o lançamento da Campanha.

3. Plantão Tira-Dúvidas

Em abril, os filiados da Apubh puderam contar com um plantão para tirar dúvidas sobre o Imposto de Renda Pessoa Física – exercício 2010. O atendimento foi feito por Edilson Miranda de

Oliveira, contador da empresa Centercon Contabilidade e Serviços Ltda. As consultas foram realizadas gratuitamente na sede do Sindicato em dias e horários previamente divulgados.

4. Reajuste Salarial em julho de 2010

Os docentes devem ficar atentos ao contracheque referente ao pagamento do mês de julho de 2010 (salário de agosto), pois o mesmo contém à parcela do aumento concerrnente ao reajuste salarial, conforme a lei 11.784/08. Ressalta-se que a Apubh foi fundamental no processo de negociação desse reajuste, tanto como fundadora do Proifes, como também participante ativa das discussões e negociações com o governo. Os interessados podem calcular o valor do reajuste na página da Apubh.

5. NOVOS CONVÊNIOS DA APUBH

5.1 FISIOSPORT SOLUTION

A Fisio Sport Solution é a mais nova conveniada da Apubh. A Clínica oferece serviços de fisioterapia em ortopedia, confecção de palmilhas, fisioterapia em dermato Funcional: estética, Pilates, Fonoaudiologia, uroginecologia, fisioterapia, nutrição, acupuntura, limpeza de pele, peeling químico, drenagem linfática manual e pós-operatório, massagem redutora, massagem relaxante, ultra-som, endermologia à vácuo, psicologia, massoterapia, entre outros serviços. Os atendimentos são realizados por uma equipe multidisciplinar e altamente preparada.

Os filiados da Apubh têm direito à avaliação gratuita e 10% de desconto na contratação de qualquer serviço em qualquer uma das unidades da Fisio Sport Solution. Para obter o benefício basta apresentar o contracheque com o desconto da mensalidade da Apubh.

Confira o endereço das unidades:

Pampulha: Rua São Sebastião do Paraíso, 267 – Itapoã – Belo Horizonte/ 3495- 4839

Santa Luzia: Rua Direita, 386 – Centro- Santa Luzia/ 3641-1925

Cidade Nova: Avenida Cristiano Machado, 1300/402 – Cidade Nova – Belo Horizonte
3485- 6800

Sion: Rua Boa Esperança, 540 – Sion – Belo Horizonte
3281-4005

www.fisiosportsolution.com.br

5.2 FEMININA FITNESS

A Feminina oferece serviços de academia e estética voltados exclusivamente para mulheres e conta com uma equipe multidisciplinar para atender as demandas do seu público-alvo.

O convênio garante aos filiados da Apubh e dependentes: dois meses e avaliação física e fisioterápica inteiramente grátis nos planos semestrais de qualquer modalidade e 10 % de desconto nos planos trimestrais de pilates.

Endereço: Avenida Otacílio Negrão de Lima, 2077 – Pampulha – Belo Horizonte
Telefone: 3441-7646
e-mail: feminina@femininafit.com.br

espaço associado

BRASIL - 7 DE SETEMBRO

Mariza R. Q. Barros
Professora da UFMG

D.Pedro, Ipiranga e o grito...
Às margens do rio,
Clamou por independência!
Alegria, júbilo e emoção!
E hoje, Brasil querido?
O grito tem seu eco
Mas é a dor, de amargura...
A escravatura terminou mesmo?
Foi abolida, será que foi?
Tal qual se deu com os negros
Hoje se estende a todo seu povo
Que, oprimido e ansioso, clama
Por paz, tranquillidade e amor.

Não existem mais senhores de engenho?
quem foi que o disse?
Estão aí, nos cargos mais elevados
A chicotear, a rir, a enganar.
Tudo exatamente como antes e pior até.
Pois que o Brasil, outrora um todo,
Hoje se esfacela em mil partidos
Egoístas, gananciosos, sedentos de poder,
usando o povo, massacrando,
comprando, vendendo, tripudiando,
E assim dizem que atingem seu alvo,
Dizem na maior das ironias
O povo? Que importa o povo?

O Brasil? Que importa este país?
Não sei qual é a dor maior:
a da agorina em que vivemos
ou a de ver nossa pátria esfacelada!
No entanto uma esperança ainda existe.
Que o amor que jaz em nosso peito
Escondido qual lava em vulcão latente,
Se derrame incandescente e purifique
Esta terra bem amada.
Só então poderá ser concretizada
A verdadeira e almejada independência.

Poema escrito em 21 de agosto de 1987



_/ agenda apubh



12° Baile dos Professores da UFMG

Em outubro, os filiados da Apubh têm um importante compromisso: o 12º Baile dos Professores. Promovido, anualmente, pelo sindicato, o evento será realizado no dia 15 de outubro (sexta-feira), no Clube Atlético Mineiro - Labareda Clube (rua Portugal, 4020 – Itapoã) às 22h, com animação da Banda Skorpius, sorteio de brindes e outras atrações.

Todos os associados têm direito de comparecer ao baile, mas o número de participantes está limitado à capacidade do salão. **Fiquem atentos ao prazo de retirada dos convites: 20 de setembro a 08 de outubro, das 08h30 às 18h, na sede do Sindicato (Rua Artur Itabirano, 70 – Pampulha) e no Posto de Atendimento da Escola de Medicina (Av. Alfredo Balena, 190/ sala 31 - bairro Santa Efigênia, Campus Saúde), às terças e quintas-feiras de 08h às 12h e de 13h às 17h.**

Os convites devem ser retirados apenas pelos filiados ao sindicato mediante a apresentação de um documento de identificação. Cada filiado tem direito a levar 1 (hum) acompanhante. A retirada do convite e o não comparecimento ao baile impedem a participação de um outro associado. Se você não puder comparecer, devolva o convite à APUBH para que possamos repassá-lo a outro interessado.

Neste ano, a diretoria da Apubh inovou e realizou uma enquete no período de 20 a 27 de agosto para escolha dos cinco gêneros musicais que deveriam prevalecer no baile. Ou seja, os gêneros mais votados (bolero, samba/pagode, anos 70, anos 50/60 e rock n'roll) serão os mais tocados pela banda contratada para animar o evento.

As informações sobre o baile foram enviadas aos associados via e-mail, newsletter e publicadas no site do sindicato (www.apubh.org.br). Contamos com a sua participação.

Evento: 12° Baile dos Professores da UFMG
Data: 15 de outubro de 2010(sexta)
Local: Clube Atlético Mineiro - Labareda Clube – Avenida Portugal, 4020 – Itapoã
Horário: a partir das 22h



Em julho deste ano tivemos reajuste salarial, como inscrito na lei 11.784/08, que já nos concedeu reajustes em 2008, 2009. Essa lei é fruto do acordo salarial que o Proifes e Sinasefe negociaram e assinaram com o governo e em que a Apubh teve papel preponderante, tanto como fundadora do Proifes, como também participante ativa das discussões e negociações com o governo.

Para saber qual foi o valor do seu reajuste, a Apubh disponibiliza no sítio eletrônico, planilhas Excel e OpenOffice para que você possa saber quanto foi seu aumento a partir de julho de 2010 (contracheque de julho, salário de agosto). Acesse www.apubh.org.br.